



357

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO Nº 0035648-08.2011.8.17.0810 (0317753-3)**

**APELANTE:** Elias José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO DA DEFESA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DEVOLUTIVIDADE RESTRITA AO FUNDAMENTO DA INTERPOSIÇÃO. INOVAÇÃO NAS RAZÕES RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 713 DO STF. CONHECIMENTO PARCIAL DO APELO. JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO DO JÚRI SUBSIDIADA NO ACERVO PROBATÓRIO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESTA PARTE IMPROVIDO.

1. O efeito devolutivo da apelação contra decisão do Tribunal do Júri deve ficar restrito ao termo de interposição, não podendo sofrer alteração por ocasião da apresentação das razões de recurso, salvo se oferecidas dentro do quinquídio legal. Precedentes. Súmula 713 do STF.

2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas. Precedentes STJ.

3. Recurso parcialmente conhecido, e nesta extensão improvido. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0035648-08.2011.8.17.0810 (0317753-3), em que figuram como partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em conhecer parcialmente do recurso e, nesta parte, negar provimento, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO Nº 0035648-08.2011.8.17.0810 (0317753-3)**

**APELANTE:** Elias José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

Por meio da sentença de fls. 288/291, em consonância com a decisão do Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, **Elias José da Silva** foi condenado à pena definitiva de 04 (quatro) anos de reclusão, por infração ao art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (tentativa de homicídio qualificado por utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Inconformado, em plenário, por meio da Defensoria Pública, o réu interpôs recurso de apelação, com fulcro do art. 593, III, "d", do CPP (fl. 255).

Nas razões de fls. 324/33, além de alegar que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, a Defesa questiona a aplicação da reprimenda, sob o fundamento de que houve ofensa aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da individualização da pena e da segurança jurídica. Pugna, ao final, pelo provimento do recurso para o fim de submeter o apelante a novo julgamento perante seus pares.

O *Parquet* ofertou contrarrazões às fls. 335/338, pelo improvimento do recurso. No mesmo sentido, manifestou-se a Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho (fls. 346/347).

É o relatório. À Revisão.

Recife, 03 de fevereiro de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



358

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

---

**APELAÇÃO Nº 0035648-08.2011.8.17.0810 (0317753-3)**

**APELANTE:** Elias José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**VOTO DO RELATOR**

Senhores,

Inicialmente, tem-se que o presente apelo defensivo não deve ser conhecido na parte em que pede o redimensionamento da sanção.

Como é sabido, as apelações interpostas contra as decisões do Tribunal do Júri, em decorrência da soberania dos *veredictos* proferidos por este (art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal), ensejam a análise restrita da matéria impugnada, pelo que deve o recorrente delimitar o âmbito de devolução da matéria à instância superior no ato da interposição, observadas as hipóteses legais em que admissível o inconformismo (art. 593, inciso III, alíneas "a", "b", "c" e "d", do Código de Processo Penal).

Em pese já tenha me posicionado de forma diversa, revisitando a matéria, convenci-me de que o efeito devolutivo da apelação contra decisão do Tribunal do Júri deve ficar restrito ao termo de interposição, não podendo sofrer alteração por ocasião da apresentação das razões de recurso.

*In casu*, a Defesa interpôs o recurso perante o plenário do Júri, logo depois de proferida a sentença condenatória (fl. 279). Consta expressamente na Ata da Sessão de Julgamento que a irresignação defensiva foi fundamentada no art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP.

Assim, o recurso interposto à fl. 279 fixou os limites da devolutividade da matéria a este Tribunal. Ali a parte recorrente cuidou de fundamentar a sua irresignação exclusivamente no art. 593, III, "d", do CPP, não estando ela autorizada a ampliar, em razões recursais, os fundamentos pelos quais ataca a decisão proferida pelo Tribunal do Júri.



359

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

---

Este entendimento, inclusive, encontra-se sedimentado no Supremo Tribunal Federal, no enunciado da Súmula 713, que assim dispõe:

O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

Não é outro o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se afere do seguinte julgado:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. TRIBUNAL DO JÚRI. TERMO DE APELAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 593, INCISO I, DO CPP. RAZÕES APRESENTADAS COM FUNDAMENTO DIVERSO. RECURSO NÃO CONHECIDO NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INDICAÇÃO DO INCISO INCORRETO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO SANARAM O ERRO. ANÁLISE DA TESE QUE VIOLARIA O PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELATUM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 713/STF. RECONHECIMENTO DE ERRO DE DIGITAÇÃO QUE NÃO ALTERA O CASO. ALÍNEA DO DISPOSITIVO NÃO INDICADA. ORDEM DENEGADA.

I. O recurso das decisões emanadas do Tribunal do Júri tem fundamentação vinculada às hipóteses legais do art. 593, inciso III e alíneas, do Código de Processo Penal, nas seguintes situações: a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia; b) for a sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados; c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança; d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

II. A petição de interposição da apelação, contra as decisões emanadas pelo Tribunal do Júri, restringe-se a devolutividade ao órgão ad quem, não podendo ser alterada por ocasião da apresentação das razões recursais, salvo se ainda no quinquídio legal.

III. Hipótese na qual a Defensoria Pública, ao apresentar as razões recursais, sequer citou o dispositivo no qual



360

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

fundamentava o recurso, tendo se limitado a apresentar as razões pela qual questionava a pena imposta ao réu, como se o apelo tivesse sido interposto com fulcro no art. 593, inciso III, alínea 'c', do Código de Processo Penal.

**IV. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que o efeito devolutivo do recurso de apelação, contra as decisões proferidas no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, é adstrito ao fundamento da sua interposição, não havendo devolução ampla da matéria debatida no Plenário do Júri.**

V. Se o recorrente não indicou o inciso correto do art. 593 do Código de Processo Penal - hipótese dos autos - ou se, mesmo tendo apresentado o inciso III e uma de suas alíneas, argumentou nas razões recursais em relação à matéria diversa daquela abrangida pela alínea citada, não pode o Tribunal, em obediência à soberania do veredicto do Conselho de Sentença e ao Princípio do tantum devolutum quantum appellatum, examinar os argumentos apresentados, sob pena de incorrer em julgamento extra petita.

VI. Incabível a alegação de ocorrência de mero erro de digitação, pois mesmo que assim fosse reconhecido, aceitando-se a tese de que na verdade o que se pretendia era indicar no termo de apelação o inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal, sendo necessário que se informe sob qual alínea o apelo seria arrazoadado, evitando-se tornar inócuo o entendimento restritivo do recurso interposto em relação à sentença proferida pelo Tribunal do Júri, os argumentos apresentados pelo recorrente não poderiam ser analisados pelo Colegiado Estadual. VII- Ordem denegada. (HC 161645/RS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 23/04/2012)

Destaque-se, ainda, que a ampliação da devolutividade do recurso quando da apresentação das razões somente é possível quando estas forem oferecidas dentro do quinquídio legal.

Na hipótese, as razões do apelo foram apresentadas mais de quatro meses após a publicação da decisão e a interposição do recurso em plenário,



361

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

restando preclusa a faculdade reconhecida à parte de complementar a petição de recurso, acrescentando novas hipóteses do art. 593, III.

Assim considerado, **conheço em parte do recurso**, passando a analisar apenas e tão somente a irresignação defensiva sob o fundamento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, "d", CPP).

Pois bem.

Conforme relatado, por meio do presente recurso, **Elias José da Silva** visa à anulação do julgamento proferido pelo 2º Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o condenou por infração ao art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos.

A Ilma. Defesa argumenta, em síntese, que os elementos de provas carreados aos autos comprovam que o recorrente "*não teve a intenção de matar a vítima*".

Nada obstante, analisando as razões defensivas em confronto com a prova carreada aos autos, chego à conclusão que o presente recurso não pode ser acolhido. Explico:

Como é sabido, a Constituição Federal atribui soberania aos veredictos proferidos pelo Tribunal do Júri, garantindo que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença somente por outra possa ser modificada, impedindo que a sua competência constitucionalmente atribuída seja invadida por eventuais reformas feitas por órgãos do Poder Judiciário.

Dessa forma, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, tendo o Conselho de Sentença concluído pela procedência da acusação, de acordo com a narrativa dos fatos constantes da denúncia e com o auxílio do conjunto fático-probatório produzido no âmbito do devido processo legal, é inviável que esta Corte de Justiça proceda a juízo de valor acerca do mérito da condenação, sob pena de imiscuir-se na competência constitucional do Tribunal do Júri.



362

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

---

Assim, a anulação do julgamento somente será possível quando constatada a inexistência de qualquer prova a justificar a decisão do Conselho de Sentença.

Esta, contudo, não é a hipótese dos autos.

Segundo consta na denúncia (fls. 02/04), no dia 21 de abril de 2011, por volta das 17h20min, na Rua Carlos Arouche, no "Bar da Nana", Elias José da Silva, ora apelante, usando um facão, de inopino e de forma sorrateira, desferiu golpes na pessoa de Danilo Henrique dos Santos Silva, atingindo-o nas costas.

Ainda de acordo com a exordial acusatória, o acusado tentou matar a vítima na presença de várias pessoas, sem oferecer chances de defesa, não conseguindo o seu intento pela pronta intervenção de terceiros, que possibilitou a fuga do ofendido, o qual ainda chegou a ser perseguido por aquele.

Conquanto não tenha sido contestada, verifico que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos, conforme laudo traumatológico de fl. 58.

A autoria também é incontroversa, ante a confissão do réu.

Perante a autoridade policial (fls. 46/49), o acusado disse que estava passando pelo Bar onde o ofendido se encontrava e "*resolveu partir para cima do mesmo armado com a faca que estava na cintura*"; declarou que "*ficou cego na hora e mesmo assim partiu para o ataque contra Danilo e só parou porque foi empurrado por seu primo de nome Otoniel*". Alegou, porém, que pretendia "*apenas dar um susto em Danilo, pois o mesmo o estava ameaçando*".

Quando interrogado durante a instrução criminal, assim como no Plenário do Júri (DVDs de fl. 214 e 287, respectivamente), o ora apelante apresentou uma nova versão. Desta feita, inicialmente reafirmou que não tinha a intenção de matar, acrescentando, porém, que no dia e hora citados na denúncia, encontrou com a vítima, a qual o encarou, ao mesmo tempo em que pegava na arma que trazia na cintura, em sentido ameaçador, razão pela qual partiu para cima da mesma, deferindo-lhe um único golpe. Declarou, ainda, que logo após a intervenção dos populares se arrependeu do que estava fazendo, cessando prontamente a agressão; assim como que, embora tenha atingido o ofendido nas costas, estava de frente para o mesmo.



363

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

---

Em juízo, o ofendido Danilo Henrique dos Santos Silva disse que já existia rixa anterior entre ele e o acusado e, no dia do fato, estava em um bar quando chegou o acusado olhou-o e saiu; neste momento, segundo alegou, a m terceiro teria pedido que o acusado deixasse o local, a fim de evitar qualquer tipo de problema, o que foi atendido. Em seguida, segundo a vítima, aproximadamente quarenta minutos depois, o acusado voltou ao local e, sem dar-lhe chance de defesa, atacou-a pelas costas com dois golpes de faca. Disse ainda o ofendido, que após ser atingido saiu correndo, na tentativa de se livrar da agressão e ao olhar para trás viu o acusado tentando alcançá-lo, enquanto populares buscavam contê-lo (DVD de fl. 184).

No mesmo sentido a vítima declarou perante o Conselho de Sentença (DVD de fl. 287).

Dos depoimentos colhidos durante a instrução criminal (DVD de fls. 184 e 214), merecem destaque as declarações de Diego Henrique dos Santos Silva, Otoniel Félix da Silva e Carlos Antônio Silva Costa, testemunhas arroladas pelo Ministério que estavam no local do fato.

Diego Henrique, irmão da vítima, confirmou a versão apresentada por aquela e sustentada pela Acusação, no sentido de que o ofendido foi atingido de surpresa pelas costas.

Otoniel disse que foi tudo muito rápido; que estava bebendo junto com a vítima quando o acusado chegou e a atingiu por trás; declarou, inclusive, que foi quem afastou o ofendido, o qual, depois de sua intervenção, foi embora.

Carlos Antônio declarou não ter visto o exato momento em que o acusado atacou a vítima; porém, ao perceber a confusão avistou a vítima correndo com ferimentos nas costas, enquanto o acusado seguia no seu encalço e os populares tentavam contê-lo (DVD de fl. 214).

Como se percebe, diante desse contexto, não prospera a alegação de que a decisão dos jurados foi afastada das provas dos autos. Ao contrário, o fato é que, analisando o conjunto probatório, os jurados, juízes naturais para o julgamento da causa, entenderam que os elementos de prova levam à procedência da acusação, no sentido de que o réu agiu com *animus necandi* e, utilizando-se de



364

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

recurso que impossibilitou a defesa da vítima, deu início à execução de um crime de homicídio, que somente não consumou por circunstâncias alheia a sua vontade.

Decerto, em que pesem as alegações da combativa Defesa, a análise dos autos evidencia que a tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a mesma sustentada pelo Ministério Público desde a denúncia e está devidamente amparada na prova carreada aos autos.

Lado outro, embora não cabia a esta Corte valorar se a prova da Acusação é melhor do que a defensiva, ou vice-versa, na hipótese, não há sequer como extrair dos autos a existência de duas versões acerca dos fatos em apuração, porquanto a palavra do réu mostra-se isolada e totalmente dissociada do acervo probatório.

Por estas razões, não vejo como invalidar a decisão proferida pelo Conselho de Sentença e anular todo o julgado, pois não se trata de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, em que se sobrepõe o princípio da verdade real à soberania do Júri, mas sim de uma opção dos jurados, em acolher a versão ministerial em detrimento da negativa de autoria sustentada pelo acusado, o que foi feito com base na prova dos autos.

A propósito, colaciona-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELO DA DEFESA. VEREDICTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO DOS JURADOS QUE ENCONTRA AMPARO NAS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. Interposto recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri sob o fundamento desta ter sido manifestamente contrária à prova dos autos, ao órgão recursal se permite apenas a realização de um juízo de constatação acerca da existência ou não de suporte



365

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença, somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo.

2. No caso dos autos, a Corte de origem, ao negar provimento à apelação interposta pelo paciente, considerou que o veredicto encontra arrimo no conjunto probatório produzido nos autos, concluindo, por esta razão, pela manutenção do julgamento realizado pela Corte Popular.

3. O mandamus não é a via apta à realização do juízo de suficiência do conjunto probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes da Corte Popular, pois demandaria análise aprofundada do contexto fático-probatório.

4. Ordem denegada.

(HC 241.026/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 15/08/2012)

Ante o exposto, conheço em parte do recurso, e nesta extensão nego-lhe provimento.

É como voto.

Recife 28 de março de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator

---

**Apelação Criminal nº:** 0035648-08.2011.8.17.0810 (0317753-3)  
**Comarca Origem:** Jaboatão dos Guararapes – Segunda Vara do Tribunal do Júri  
**Apelante:** **Elias José da Silva**  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Antonio de Melo e Lima  
**Revisor:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador(a) de Justiça:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

---

**VOTO DO REVISÃO**

---

Trata-se de recursos de apelação interposto por **Elias José da Silva** em face da decisão prolatada pela 2ª Vara do Tribunal de Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, conforme sentença de fls. 288/291, que os condenou à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, §2º, inciso IV c/c art. 14, inciso II do CP.

Irresignado com a decisão do Conselho de Sentença, a defesa às fls. 279 interpôs o recurso de apelação, com fundamento no art. 593, inciso III, alíneas "d" do Código de Processo Penal, (decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos).

Em suas razões recursais (fls. 325/332), a defesa extrapolou a fundamentação suscitada no recurso de apelação. Inicialmente, em conformidade com a interposição recursal, a defesa pugnou pela anulação da decisão proferida pelo conselho de sentença, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. Ainda em suas razões,

sem resguarde na sua interposição do recurso, requereu, subsidiariamente, a reforma da dosimetria da pena por entender que a reprimenda afronta os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da individualização da pena e da segurança jurídica.

Em suas contra-razões recursais (fls. 336/338), pugnou o Ministério Público pelo improvimento da apelação, mantendo-se na íntegra a decisão.

O ilustre Procurador de Justiça ofereceu parecer (fls. 346/347) opinando também pelo improvimento do recurso e manutenção da sentença em todos seus termos.

Pois bem. De início, cabe ressaltar que quando se trata de recursos no processo penal, é certo que as insurgências podem ser dotadas de efeito suspensivo, a depender da via recursal e da decisão que é alvo de impugnação.

Todas, porém, são munidas do efeito devolutivo, por meio do qual toda a matéria posta em discussão perante o Poder Judiciário, ou apenas parte dela, é levada à apreciação do órgão recursal competente, consagrando-se a garantia ao duplo grau de jurisdição. Trata-se da aplicação do princípio resumido no brocardo *tantum devolutum quantum appellatum*, que se refere à extensão do conhecimento da irresignação.

A matéria ganha algumas restrições quando se trata do recurso de apelação criminal contra decisão proferida nos processos de competência do Tribunal do Júri, como ocorre na hipótese em comento, tendo em vista as peculiaridades das quais são revestidas as suas decisões.

Com efeito, em respeito à soberania dos veredictos proferidos pelo Conselho de Sentença, garantida no artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal, não se permite à Corte de apelação substituir a decisão tomada pelos jurados que compõem o Tribunal Popular, razão pela qual o legislador ordinário previu hipóteses taxativas nas quais as partes sucumbentes

podem manifestar as suas insurgências, elencadas nas alíneas do inciso III do artigo 593 do Código de Processo Penal.

Por essa razão, a jurisprudência dos Tribunais Superiores, com arrimo em lições doutrinárias, firmou o entendimento no sentido de que o efeito devolutivo do recurso de apelação interposto contra decisões proferidas no procedimento dos crimes dolosos contra a vida é restrito ao fundamento da sua interposição, não havendo devolução ao órgão recursal do conhecimento pleno da matéria, como se observa dos seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. PENAL. CONSELHO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DO JUIZ PRESIDENTE QUE CONDENA O PACIENTE POR HOMICÍDIO SIMPLES. RECURSO INTERPOSTO PELA ACUSAÇÃO ALEGANDO CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. PROVIMENTO EM ACÓRDÃO QUE RECONHECE, APENAS, O ERROR IN JUDICANDO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM. ENUNCIADO DA SÚMULA N.º 713 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONCESSÃO DA ORDEM. "1. Quando o Ministério Público apela com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal, por entender que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, é evidente a nulidade por violação ao princípio do "tantum devolutum quantum appellatum" quando Corte revisora reforma a sentença proferida pelo magistrado de primeiro grau reconhecendo error in judicando. "2. Nos termos da Súmula 713 da Suprema Corte "o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição". "3. Ordem concedida para restabelecer a sentença de primeiro grau". (HC 95.509/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2009, DJe 09/03/2009). "PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. LEGÍTIMA DEFESA. SÚMULA 713 DO PRETÓRIO EXCELSO. EFEITO DEVOLUTIVO. MANIFESTAÇÃO ACERCA DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NO RECURSO DO PARQUET. IMPOSSIBILIDADE. POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO ÂNIMO DOS JURADOS. COMPETÊNCIA. "I - O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição." (Súmula 713 do Supremo Tribunal Federal). "II - No presente caso, o Ministério Público recorreu da r. decisão absolutória por considera-la manifestamente contrária à prova dos autos ao argumento de que não haveria suporte probatório apto a amparar a tese da legítima defesa acolhida pelos jurados. O e. Tribunal a quo, muito embora tenha reconhecido o erro do veredicto popular, o fez consignando que o disparo que atingiu a vítima não teria sido accidental, silenciando acerca da excludente de ilicitude. "III - A

hipótese narrada traduz a inobservância ao disposto na Súmula 713 do c. STF, eis que acolhido fundamento, pelo e. Tribunal a quo, não invocado no recurso manejado pelo órgão acusatório. Ademais, com a determinação de realização de novo julgamento, a manifestação da e. Corte sobre a referida matéria não debatida no recurso de apelação poderia influenciar indevidamente o ânimo dos jurados. "IV - Além disso, se sobre esta questão não se pronunciou o juiz natural da causa (Conselho de Sentença), é defeso ao Tribunal sobre ela se pronunciar, sob pena de usurpação de competência constitucionalmente delimitada (art. 5º, XXXVIII, d, da CF). Ordem concedida. (HC 56.516/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2007, DJ 10/12/2007 p. 401)

Nesse sentido firmou-se o entendimento do Pretório Excelso, externado no enunciado da Súmula n. 713, verbis: "O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição."

Sabe-se que o recurso de apelação que visa a combater decisão proferida pelo Conselho de Sentença é de fundamentação vinculada, não devolvendo ao Tribunal o conhecimento pleno de toda a matéria. Logo, em face da sua natureza restritiva, o recorrente deverá, por ocasião da interposição do recurso, indicar expressamente o dispositivo legal em que se baseia a sua irresignação, vez que, não faria sentido entender-se de modo diverso, porquanto ao se admitir que a devolutividade do recurso estaria delimitada pelas razões do inconformismo, estar-se-ia criando a possibilidade da parte o interpor com base em uma determinada alínea e, posteriormente, ampliar o alcance do apelo quando da apresentação das razões, idéia que vai de encontro à própria natureza do recurso em questão, dotado de regramento próprio e especial em razão da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri consagrada na Constituição Federal.

Este entendimento já foi adotado por esta 2ª Câmara Criminal, no julgamento da Apelação Criminal nº 186446-6, em maio de 2009. Vejamos trechos do mencionado julgado:

"(...) Analisando-se a decisão acima referida, entendo que há três situações a serem consideradas: a) interposição do recurso pelo próprio acusado; b) interposição do recurso de apelação pela defesa técnica do acusado fazendo alusão genérica ao art. 593, sem especificar os fundamentos da irresignação; c) interposição do recurso de apelação pela defesa técnica do acusado especificando os fundamentos da irresignação, mencionando expressamente as alíneas do art. 593, III com base nas quais o apelo foi apresentado. Partindo dessas três situações, entendo que, na esteira do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acima transcrito e da súmula 713 da mesma Corte Superior, a questão deve ser resolvida da seguinte forma: a) na primeira situação (interposição do recurso pelo próprio acusado), a devolutividade do apelo deve ser plena, em respeito à garantia constitucional da ampla defesa, considerando o desconhecimento técnico do réu, que apenas manifestou sua irresignação quanto ao resultado do julgamento; b) na segunda situação (interposição do recurso pela defesa técnica sem especificar os fundamentos da irresignação), nas razões recursais será especificado o objeto da insurgência recursal, de modo que a devolutividade do apelo estará restrita aos fundamentos contidos nas razões recursais; c) na terceira situação (interposição do recurso pela defesa técnica especificando os fundamentos da irresignação), o objeto do apelo deve ser restrito aos fundamentos apresentados pela defesa no ato da interposição. Ainda que as razões recursais sejam apresentadas tempestivamente (8 dias), não poderá a defesa ampliar os fundamentos da irresignação, exceto se as razões recursais forem apresentadas no prazo para interposição do próprio recurso (5 dias).

(...)

No caso em tela, observa-se que a defesa técnica do acusado especificou, no termo de julgamento, o fundamento da apelação, qual seja, o art. 593, III, "a" e "c" do Código de Processo Penal.

As razões recursais não foram apresentadas no prazo da interposição (5 dias), razão pela qual não poderia a defesa ter ampliado o objeto da irresignação, para aduzir que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos, porquanto tal matéria não foi referida no ato da interposição (...)"

Sobre o assunto, vale destacar o posicionamento doutrinário de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes:

"As apelações do júri, previstas no art. 593, III, a, b, c, e d, são de fundamentação vinculada, e, sendo assim, se a parte invocar uma das alíneas, não pode o tribunal julgar com base em outra. Não pode também o recorrente, após ter restringido na petição a sua impugnação a determinada hipótese, ampliar nas razões o âmbito da

devolução do recurso para incidir outra, quando já superado o prazo legal de interposição da apelação. Nada impediria, contudo, à parte de, ainda no prazo, acrescentar à impugnação outra matéria, suplementando o primeiro recurso com outro (v. n. 14)" (Recursos no Processo Penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 99).

Ao dissertar sobre o recurso de apelação no âmbito do Tribunal do Júri, Guilherme de Souza Nucci assinala:

"Não se apresenta apelação, no contexto do Tribunal do Júri, por qualquer razão ou inconformismo, mas somente nos casos enumerados nas alíneas do inciso III do art. 593. Garante-se o duplo grau de jurisdição, ao mesmo tempo em que se busca preservar a soberania dos veredictos. Quando a parte pretende recorrer, deve oferecer, logo na petição de interposição, qual o motivo que o leva a apelar, deixando expressa a alínea eleita do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal. Posteriormente, no momento das razões, fica vinculado ao motivo declinado. A única possibilidade de alterar o fundamento da apelação ou ampliar o seu inconformismo, abrangendo outras hipóteses do inciso III, é fazê-lo ainda no prazo para apresentar a apelação, oferecendo outra petição nesse sentido" (Tribunal do Júri. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 392).

Conclui-se, portanto, que o efeito devolutivo do recurso de apelação criminal interposto contra decisões proferidas pelo órgão colegiado popular é restrito ao fundamento da sua interposição, isto é, os limites do exame a ser feito pela Corte Estadual são fixados no termo ou petição de interposição do reclamo, de tal sorte que nas razões do inconformismo somente constarão os fundamentos de fato e de direito vinculados aos incisos anteriormente indicados.

In casu, analisando os autos, observa-se que a defesa interpôs o recurso de apelação criminal com fundamento no art. 593, inciso III, alínea "d" do Código de Processo Penal. Entretanto, quando das razões recursais, sustentou que a soberana decisão do Júri foi manifestamente contrária a prova dos autos, além de requerer a diminuição das penas impostas, sem mencionar tal intenção na interposição recursal (art. 593, "c" do CPP), pugnando, assim, pelo

provimento do recurso nos termos do art. 593, inciso III, alínea "c" e "d" do Código de Processo Penal.

Como se vê, a defesa dos apelantes, em suas razões, alterou os limites da irresignação, incluindo novos fundamentos legais ao apelo.

Desta forma, me limito a apreciar os fundamentos invocados pela defesa no termo de interposição do recurso de apelação, que fixa a extensão do efeito devolutivo do reclamo (art. 593, inciso III, alínea "d").

Pois bem. Quanto a matéria aduzida de condenação baseada em desconformidade com as provas produzidas nos autos, entendo que tal pleito não merece prosperar.

Sabe-se que a decisão do Tribunal do Júri é soberana, somente podendo ser reformada em situações excepcionais, previstas no art. 593 do Código de Processo Penal.

No presente caso, o Conselho de Sentença, através das provas dos autos, acolheu a tese da acusação e condenou o apelante Elias José da Silva pela prática da tentativa de homicídio qualificado contra Danilo Henrique dos Santos Silva.

Ademais, tendo em vista o princípio constitucional da soberania dos veredictos, a orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que só há decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo. Senão vejamos o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO E EMBARGOS INFRINGENTES. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FORA CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA A QUO. EXISTÊNCIA DE DOIS LAUDOS COM DIVERGÊNCIAS ACERCA DA MORTE DA VÍTIMA. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA QUE SUBSIDIARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS.

**SOBERANIA DOS VEREDICTOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.**

1. O órgão judicial, para expressar sua convicção, não está compelido a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Omissão inexistente.
2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas. Precedentes.
3. O acórdão recorrido, embora tenha consignado que se tratava de questão insuscetível de ser apreciada porque não argüida anteriormente, e por isso não haveria omissão a ser sanada, na realidade, efetivamente examinou toda a matéria acerca da prestabilidade de um laudo em face do outro, não deixando qualquer dúvida quanto à possibilidade de o Júri Popular, acolhendo uma das versões expostas, valer-se de um deles.
4. Ausência de violação à lei federal, além de indemonstrado dissídio jurisprudencial.
5. Recurso não conhecido. (STJ, REsp 809680/PR, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 06.11.2006, p. 366).

Nesses termos, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos.

Da análise dos autos, verifica-se que há elementos suficientes para comprovação da materialidade e autoria do delito narrado na peça acusatória, não podendo prosperar os argumentos da defesa do apelado. O Laudo Traumatológico de fls. 58 e os depoimentos prestados durante a instrução criminal sustentam a tese acusatória.

Na fase policial, o acusado, ora apelante, confessou a prática do delito e disse que partiu para cima de Danilo (vítima) com a faca que estava na sua cintura, no entanto, alegou que sua intenção era apenas dar um susto na vítima (fls. 46/49). Já durante a fase instrutória, mudou sua versão e disse que se encontrou com Danilo e este o ameaçou, simulando estar armado, razão pela qual foi para cima dele para não levar um tiro. Disse estar arrependido do que

fez e já pediu desculpas a vítima e reafirmou que não queria matar a vítima, mas apenas feri-la (mídia audiovisual de fls. 214). Em Plenário, disse que estava passando pela barraca onde Danilo se encontrava, tendo este feito sinal que estava armado, momento em que partiu para cima dele com uma faca que estava cortando a laranja, atingindo-o nas costas. Informou que não correu atrás dele após ter desferido o golpe e afirmou que tinha bebido no dia do fato. Afirmou ainda que não tinha intenção de matar a vítima, mas apenas de dar um susto (mídia audiovisual de fls. 287).

Por outro lado, a vítima Danilo Henrique dos Santos Silva, informou perante a autoridade judicial que já existia uma rixa entre ele e o réu, relatando que no dia do fato estava num bar e o acusado passou olhando, e que algumas pessoas pediram para ele ir embora para evitar problema. Disse que depois ele chegou por trás e o agrediu com golpes de faca, tendo saído correndo para se livrar das agressões e se jogado em uma barreira. Disse que olhou para trás e viu quando o acusado estava tentando alcançá-lo, mas foi contido por uma das testemunhas. Disse que o acusado já tinha ameaçado ele, sua mãe e seu irmão (mídia audiovisual de fls. 184).

Em Plenário confirmou que estava num bar bebendo e que o réu passou olhando. Momento depois ele chegou por trás e lhe deu duas facadas, no pescoço e nas costas. Afirmou que foi pego de surpresa e que depois o acusado disse que ia lhe matar, não no momento do fato. Informou que a agressão só parou quando a testemunha Otoniel segurou o acusado. Disse que correu e o réu não conseguiu alcançá-lo, tendo caído numa barreira (mídia audiovisual de fls. 287).

As testemunhas de acusação Félix da Silva, Otoniel Félix da Silva e Carlos Antônio Silva Costa confirmam as declarações prestadas pelo ofendido e sustentam a tese acusatória (mídia audiovisual de fls. 214).

Como se vê, há duas versões nos autos: uma, contada pelo acusado, sustentando a prática de lesão corporal ; outra, pela acusação, de que o acusados praticou a tentativa de homicídio qualificado descrito na

denúncia, tendo o Conselho de Sentença acolhido a tese acusatória por entender que o acusado agiu com a intenção de matar a vítima, utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa da mesma, não consumando o seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade.

Sendo assim, a decisão condenatória do Conselho de Sentença restou amparada pelo conjunto probatório acostado aos autos, estando o julgamento está em conformidade com às provas dos autos.

Assim sendo, não há como acolher a pretensão recursal de anulação do julgamento com base na alegação de condenação contrária às provas dos autos, tendo em vista que há nos autos elementos que sustentam a versão acusatória.

Diante de tais considerações, verifica-se que a sentença guerreada encontra-se amparada pelo acervo probatório, não havendo que se falar, portanto, em sentença manifestamente contrária à prova dos autos.

Ante o exposto, conheço do recurso nos termos adstrito aos fundamentos da sua interposição art. 593, III, "d" do CP e nego provimento ao apelo, mantendo-se a sentença condenatória em todos os termos.

Recife, 28 de 05 de 2014.



**Des. Mauro Alencar de Barros**

**Revisor**